

# A inclusão socioeconômica como caminho para a dignidade



» WELLINGTON DIAS  
Ministro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

LUIZ CARLOS EVERTON  
Secretário Nacional de Inclusão Socioeconômica do MDS

A cerimônia de entrega do Prêmio da Inclusão Socioeconômica realizada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) no último dia 29 transcendeu o caráter festivo. Foi, acima de tudo, um ato de reconhecimento público ao mérito de brasileiras, brasileiros e instituições que transformaram vulnerabilidade em oportunidade. Cada homenageado carrega consigo uma história de resiliência — e essas histórias, agora celebradas, revelam o cerne de uma política pública exitosa que está mudando paradigmas: o Programa Acredita no Primeiro Passo.

O programa nasceu de uma premissa simples, porém revolucionária: a inclusão socioeconômica não se faz apenas com assistência, mas também com acesso real a emprego de qualidade, crédito com juros baixos e capacitação profissional. Seu alvo são os mais de 90 milhões de brasileiros inscritos no Cadastro Único (CadÚnico), muitos deles beneficiários do Bolsa Família ou de algum outro programa social.

Com essa política, queremos que cada um desses homens e mulheres descubra que é possível conquistar um emprego, empreender, romper o ciclo da pobreza. A nossa meta é desmontar a ideia de que a pobreza é um destino. Esse trabalho não foi apenas para tirar as pessoas da fome, mas também de dar a mão a elas para superar a miséria e a pobreza, oferecendo todo o apoio necessário para que, por meio da educação, do emprego e do empreendedorismo, elas alcancem um patamar de vida melhor.

A pessoa pobre não é um problema a ser resolvido, mas uma potência a ser revelada. Aqui estamos falando sobre acreditar na força dos invisíveis, na capacidade daqueles que só precisam de uma chance para crescer. Isso sintetiza a filosofia do Programa Acredita, que já movimentou R\$ 3,12 bilhões em operações de crédito e gerou quase 200 mil oportunidades de emprego e empreendedorismo.

Por trás das estatísticas, há rostos. Como o da confeiteira Valdelice Carvalho, do Piauí, que subiu ao palco do prêmio para receber o reconhecimento como empreendedora ao transformar a venda de bolo para a sogra de uma amiga em um negócio sustentável; ou como Márcia Andréia dos Santos, ex-beneficiária do Programa Bolsa Família que saiu do desemprego para uma vaga no Carrefour — uma das empresas premiadas por sua adesão e ótimo desempenho nas parcerias firmadas com o MDS.

O evento destacou três eixos centrais: Inserção no mercado de trabalho: estados como Piauí, Rio Grande do Norte e Alagoas lideram em contratações formais; Empreendedorismo: microcréditos via Banco do Nordeste e Banco da Amazônia financiaram negócios antes invisíveis; e Combate às

desigualdades: municípios como Teresina e Maceió avançaram na formalização laboral.

O Programa Acredita não é caridade. É investimento em gente que só precisava de uma chance, como ressaltou o presidente Lula, cujo discurso ecoou o lema do projeto: Eu vejo você e acredito em você. Apesar dos avanços, o caminho é longo. Manter o ritmo de inclusão exigirá ampliar parcerias com o setor privado — como as já firmadas com McDonald's, Supermercado Mateus e Raia Drogasil — e enfrentar desafios, como a burocracia no acesso ao crédito, que estamos conseguindo vencer com o apoio das instituições financeiras parceiras, entre elas o Banco do Nordeste, outro premiado pelo belo trabalho que tem desempenhado ao abraçar a causa.

Essa premiação não é um ponto final, mas um convite para que mais empresas, instituições e governos estaduais e municipais se juntem a nós, pois a pobreza não se vence com medidas isoladas, mas com boas políticas públicas, muita persistência e enxergando os invisíveis.

O Acredita no Primeiro Passo prova que transformações profundas começam com ações simples: uma porta aberta, um treinamento ofertado, um empréstimo aprovado. Seu maior legado, porém, é simbólico: devolver a milhões de brasileiros a certeza de que são capazes. Tudo isso porque, desde 1º de janeiro de 2023, trabalhamos com um propósito: não deixar ninguém para trás.

Essa é a alma do Acredita no Primeiro Passo: fazer da inclusão socioeconômica uma ponte real para a cidadania. Que sigamos acreditando. Que sigamos transformando. Afinal, a última palavra não é da pobreza, mas, sim, da esperança.



## Diversidade, democracia e fascismo



» RAUL JUNGSMANN  
Ex-ministro da Reforma Agrária, da Defesa e da Segurança Pública. Atual diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)

Incorporada pelas sociedades em todo o mundo, a diversidade, cuja melhor síntese é a de um processo globalizado de inclusão social, vem sofrendo alguma inflexão, com mudanças de governos e conflitos ideológicos, que requer atenção e reação para evitar que venha a ser alvo de uma nova onda negacionista.

Não à toa, no livro *Fascismo eterno*, o filósofo Umberto Eco ensina que a perspectiva reacionária se escora no tradicionalismo como elemento imutável para justificar a oposição a quaisquer avanços, por já trazer o caminho da verdade. Algo na contramão da ciência, cuja evolução nasce da ruptura de consensos e alcança descobertas e soluções a partir das divergências.

A diversidade está na base do nosso enredo civilizatório, com evolução arrancada em muitas lutas ao longo da história, permeando a evolução da humanidade paralelamente ao seu desenvolvimento e progresso. É preciso enxergá-la como indissociável da evolução, pois esta ocorre a partir das diferenças.

Alcançamos um ponto de não retorno em sua trajetória, mas o massacrante volume de notícias que caracteriza a informação nestes tempos de redes sociais impõe o desafio de distingui-la da pauta comum e de realçá-la como conceito e regra fundamentais.

Diversidade é democracia, acima de tudo — e

muito além do plano retórico. É uma cultura que visa ao reconhecimento do ser humano de forma integral, é a forma de enxergar a humanidade no outro. Não é uma construção fácil, pois, como disse o poeta Caetano Veloso, “Narciso acha feio tudo o que não é espelho”.

Não começou ontem. Faz parte de uma luta para superar a dificuldade em nos identificarmos com aqueles que vivem e pensam diferente — seja em termos políticos, sociais, raciais ou de gênero. Por isso, é essencial para que possamos alcançar a meta de uma sociedade planetária mais pacificada.

O grande primeiro passo da diversidade no Brasil foi, sem dúvida, a Abolição, que se desdobrou em um século, desde a edição da Lei Eusébio de Queiroz (1850), que proibiu o tráfico de escravos, abrindo caminho para a Lei do Ventre Livre, depois a dos sexagenários, até chegar à Lei Áurea, semente do fim do Império. Foi o movimento pioneiro no roteiro de combate às desigualdades.

Na sequência da história, em 1932, o Código Eleitoral estabeleceu o voto feminino, ainda que em termos facultativos. Nos anos de 1960, com a martirização de Luther King, os Estados Unidos adotaram a lei dos direitos civis; nos anos 1970, a causa feminista, com origem no movimento sufragista bem anterior; nos anos 1980, com as primeiras políticas de diversidade. Na década de 1990, no Brasil, a Lei de Oportunidades Iguais.

Não se trata, portanto, de uma causa nova. Nos tempos atuais, evoluiu para que se torne parte indissociável da democracia, extensiva a toda a sociedade, com legislações punitivas à discriminação em todas as suas formas. Nesse estágio, alcança o mundo empresarial, firmando-se como referência global para os negócios por meio da Agenda ESG,

que se traduz por ambiental, social e governança, um selo indispensável às empresas com visão e ambição de futuro.

No entanto, a despeito dos avanços conquistados, a diversidade ainda não se reflete de forma plenamente afirmativa. De acordo com relatório de 2019 do Fórum Econômico Mundial (WEF), a média global para eliminar a desigualdade econômica entre os gêneros é de 99,5 anos, e o Brasil está na 92ª posição, num ranking de 153 países.

No meio empresarial — e aqui me permito o foco restrito ao âmbito mineral —, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) registrou um aumento de 88%, de 2021 para 2023, em contribuições para estruturar um banco de dados sobre ações temáticas relacionadas à Agenda ESG da Mineração do Brasil.

O aumento considerável da presença dessas empresas no programa de compartilhamento de dados ligados à agenda ESG demonstra que o setor está engajado nos compromissos com a sustentabilidade e que busca contribuir para a evolução dessa agenda, com respostas sólidas às demandas de meio ambiente, sociais e de governança.

Ter uma meta de integração funcional infunde o sentimento de pertencimento e pavimentação o caminho para que uma empresa nacional se conecte ao mundo, com efeitos positivos no ambiente de trabalho, mas, sobretudo, com impacto nos resultados.

Vale lembrar que a pesquisa da consultoria McKinsey, publicada em 2018, indica que os quadros mais inclusivos e diversos possuem desempenho financeiro melhor que outros.

Potencializam melhorias na segurança operacional, impactam positivamente a cultura da organização, são mais produtivos e trabalham juntos na resolução de problemas e na tomada de decisões.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (Interina) //  
circecunha.df@dabr.com.br



## O ônus e o bônus

Neste 1º de Maio, o que mais se ouviu por parte das lideranças sindicais nos principais eventos de comemoração da data, foram referências ao fim da escala 6x1. Ao que parece as centrais sindicais estão abraçando a proposta de redução da carga horária semanal de 44 para 36 horas. Essa proposta vem ganhando maior aderência dos sindicatos, pois eles se convenceram da impossibilidade de ganhos salariais reais em decorrência da crise econômica que o país atravessa. O próprio governo não faz alarde público dessa proposta, mas, nos bastidores, apoia a medida, pois é a única que pode oferecer aos trabalhadores neste momento.

Nos mesmos moldes da recomendação feita recentemente pelo presidente ao dizer: “se está caro, então não compre”, é oferecida a proposta: “se não há possibilidade de aumentar os ganhos salariais da classe trabalhadora, então trabalhe menos”. Caso a PEC sobre o assunto apresentada venha a ser aprovada poderá provocar, num primeiro momento, a perda de mais de 18 milhões de empregos, comprometendo até 16% do PIB do país. Mas parece que isso não é levado a uma discussão aprofundada pelos proponentes dessa medida.

Aproveitando a ocasião pelas comemorações do Dia Internacional do Trabalho, o presidente Lula defendeu, na última quarta-feira a revisão da jornada de trabalho, afirmando que era chegada a hora de colocar a proposta em discussão: “Vamos aprofundar o debate sobre a redução da jornada de trabalho vigente no país, em que o trabalhador e a trabalhadora passam seis dias no serviço e têm apenas um dia de descanso”. Ainda segundo o presidente, “é chegada o momento de o país dar esse passo”.

Do outro lado, pensam os economistas que enxergam essa proposta apenas oportuna pelo tempo eleitoral. Parlamentares da base também entraram nessa discussão e prometem avançar com essa pauta, mesmo na contramão da realidade econômica e financeira do país. Se for contar apenas com a bancada de apoio que possui dentro do Congresso, a discussão desse assunto ainda vai longe e sem data para a conclusão.

Como o Brasil é o que é, existem algumas lideranças da oposição que se mostram simpáticas à redução da jornada de trabalho. Afinal, as eleições de 2026 estão se aproximando e é preciso ter o que oferecer nas campanhas. A turma dos economistas que usa a cabeça para pensar saídas positivas para o país afirma que essas medidas, caso aprovadas, irão causar sérios impactos nos custos empresariais, especialmente para as pequenas empresas e com isso afetar negativamente a produtividade. A questão é saber se a redução de jornada de trabalho, ao aumentar os custos e comprometer a produtividade, afetando empresas que mais geram empregos, seria viável sem uma redução também nos salários?

Para os que acreditam que sim, a justificativa para essa disparidade é que existem hoje ganhos elevados no empresariado. Para aqueles que apostam nas novas tecnologias que trazem mudanças na forma e no modelo atual de trabalho, existe possibilidade de redução da jornada semanal. Olhando o Brasil do alto e sem as interferências políticas e partidárias, o que se observa é que, neste momento, não há espaço para a implementação dessa proposta. É o retorno do velho vaticínio proferido nos anos 1950 pelo antropólogo e etnólogo francês Lévi-Strauss (1908-2009), quando em visita a nosso país: “O Brasil vai sair da barbárie sem conhecer a civilização”. A frase, detestada por muitos, mostra a importância do conhecimento, da educação e do preparo técnico para o trabalho na transformação social, econômica e política do Brasil. Não é pelas mãos de políticos que o Brasil vai ser conduzido ao pleno desenvolvimento, é pelas mãos dos professores. A redução da jornada vem antes da livre produção de riquezas, colocando e antecipando o bônus antes do ônus.

**A frase que foi pronunciada:**

“A jornada de trabalho está vinculada à segurança da atividade laboral.”

Cirlene Zimmermann

**História de Brasília**

“Três mil pessoas estão na fila de telefones de Brasília. É um absurdo, ainda mais quando todo o mundo sabe que o DTUI dispõe de todo o material para atender a número muito maior.”